



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

(PRESIDENTE)

Em _____

REQUERIMENTO N.º:

“Requer informações sobre os recursos oriundos da permissão de Outorga Onerosa do Direito de Construir, em conformidade a Lei nº 7826/2006.

CONSIDERANDO que a lei 7826/2006, estabelece que Outorga Onerosa do Direito de Construir é um instrumento urbanístico que autoriza um proprietário a construir acima do coeficiente de aproveitamento básico,

CONSIDERANDO que, o município vem recebendo inúmeros empreendimentos imobiliários, principalmente construções verticalizadas e em locais onde o valor do metro quadrado dos terrenos é altamente valorizado;

CONSIDERANDO que o aumento do coeficiente de aproveitamento concentra mais população em áreas específicas, resultando na saturação da rede de saneamento básico e drenagem, bem como um significativo aumento no fluxo de veículos e pedestres, congestionando o sistema viário urbano.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, que seja oficiado o Prefeito Municipal, solicitando nos informar o que segue:





CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

Solicito que seja fornecida a lista de empreendimentos relacionados aos valores das outorgas e os respectivos destinos.

- 1- Quantos Alvarás de Construção foram expedidos com baseados na lei 7826/2006, nos anos 2022, 2023, 2024 e 2025?
- 2- Qual foi o montante de recursos arrecadados nesse mesmo período?
- 3- Qual o destino dado a esses recursos?

S/S., 17 de março 2026

Iara Bernardi



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3300320033003000370039003A005000

Assinado eletronicamente por **Iara Bernardi** em **19/03/2026 10:30**

Checksum: **AF46E8170FEAF514CF2D1ABB7D27D47FAD4CF9ED9BEB4B36A00BF4E94FBF8712**



Autenticar documento em <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3300320033003000370039003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.